

# A explanação de Roberto Brant

Estes índices de aumento anunciados pelo governador estão quase além do limite que nos imporia o crescimento da arrecadação do Estado. A folha de pagamento de dezembro, sobre a qual vão incidir os índices, foi de Cr\$ 84 bilhões. Esse conjunto de aumentos, com as suas diversas implicações, vai produzir até março, um aumento de 122 por cento na folha. Em março, ela vai para Cr\$ 197 bilhões. Para os senhores terem uma idéia do que são Cr\$ 197 bilhões, esse valor corresponde ao total da arrecadação que nós esperamos dispor agora em janeiro. Se tudo correr bem em janeiro, que é um mês excepcional, que reflete as vendas do comércio e da indústria em dezembro, se tudo correr de acordo com as nossas estimativas, nós vamos arrecadar este mês entre Cr\$ 195 e Cr\$ 199 bilhões. Isso é o valor da folha.

Alguém poderia argumentar que a arrecadação vai crescer em fevereiro e março de acordo com a inflação, mas, em primeiro lugar, os dados indicam que a inflação não está crescendo, pelo contrário, ela está estabilizada, ou ligeiramente declinante. Em segundo lugar, os meses de fevereiro e março são tradicionalmente os piores meses de arrecadação do Estado. Porque fevereiro reflete as vendas do comércio em janeiro, que são muito fracas; e março reflete as vendas de fevereiro, que é um mês curto, cortado geralmente pelo Carnaval. Então, nós vamos ter grave dificuldade de caixa neste trimestre.

O governador autorizou e eu obtive autorização do Banco Central para nos endividarmos em até Cr\$ 50 bilhões já a partir desta semana, para conseguir manter o pagamento em dia. Porque, quando égo que a arrecadação neste mês é de Cr\$ 197 bilhões, temos de ter em conta que, desses Cr\$ 197 bilhões, nós temos de deduzir Cr\$ 35 bilhões, ou seja, a despesa normal que temos com pagamento do serviço da dívida do Estado, correspondente, a juros e amortizações que o Estado acumulou ao longo dos anos. Além disso, nós temos Cr\$ 19 bilhões que são pagamentos de obras do Governo Newton

Cardoso que não podíamos saldar no exercício passado. Depois de uma penosa negociação, nós estamos pagando uma pequena parte dessa dívida e isso vai tomar do Estado cerca de Cr\$ 60 bilhões este trimestre. Além disso, tem as despesas de custeio do Estado, que estão por volta de Cr\$ 12 a Cr\$ 15 bilhões mensais. Então, bastam os dados para ver que em janeiro nós temos déficit, em fevereiro nós temos déficit e, em março, nós esperamos equilibrar despesas com receitas.

Queria lembrar que o governador está assinando decreto tornando indisponíveis, ou seja, contingenciadas todas as verbas de investimento previstas no orçamento do Estado em 1992. Neste início de ano, não vamos poder começar obra alguma, cancelando aquelas que podem ser suspensas. Nós vamos trabalhar no limite financeiro. É uma situação delicada, porque ninguém hoje pode prever com segurança qual o desdobramento, qual a evolução da economia brasileira nos próximos meses. Estivemos com a equipe econômica do Governo e o ministro da Economia esteve aqui. As perspectivas que eles nós colocam são otimistas, mas nada de objetivo, de concreto, que nos permita alinhar pontos mais seguros para os próximos meses.

Mas o governador entendeu que o funcionalismo, assim como o conjunto da população, está passando por momentos muito difíceis, que o Estado então sacrifica mais esse produto da nossa gestão para fazer justiça, para aliviar um pouco as dificuldades dos servidores, principalmente aquelas camadas mais pobres, o professorado e o conjunto dos assalariados que ganham até três salários mínimos. É preciso que a sociedade entenda que esse é um esforço supremo, nós estamos chegando quase no limite das possibilidades do Estado, e correndo ainda alguns riscos. Riscos que nós resolveremos. Se houver algum problema de arrecadação, o Estado de Minas goza de um crédito excepcional. Assim que o sistema bancário soube que fomos tomar dinheiro para fazer face a essas despesas de curto prazo,

recebemos caravanas de banqueiros do Rio e de São Paulo querendo oferecer recursos para o Estado de Minas.

Então nós temos um crédito excelente fora, pagamos tudo em dia, de modo que, se houver dificuldades, vamos tomar dinheiro emprestado. Até para darmos exemplo de que a economia, a evolução dos fatos não têm sido capazes de gerar receitas adequadas para o Estado.

A arrecadação não registrou crescimento real no ano passado. Além disso, estamos enfrentando uma pendência judicial com as empresas do setor siderúrgico, que já subtraíram dos cofres do Estado cerca de Cr\$ 24,5 bilhões nos últimos três meses do ano passado. Usiminas, Acesita, Samitri, Samarco, Companhia Paulista de Ferro-Ligas e a Alcan, a Alcoa, que é a Companhia de Alumínios de Poços de Caldas deixaram de recolher aos cofres do Estado nos últimos 90 dias, sem correção, Cr\$ 24,5 bilhões. Estamos tomando todas as medidas judiciais, mas essas disputas são longas e vão passando por vários tribunais. Além disso, estamos tomando medidas administrativas e políticas para resolver esta pendência. Com a Vale do Rio Doce, já fechamos um acordo e a empresa voltará a pagar ao Estado. Então, face às dificuldades do Estado, esse é um esforço extremo que se faz, nós vamos ter de trabalhar muito duro para pagar a folha em dia.

As taxas de juros para esses empréstimos estão por volta de 32 por cento ao mês. Correção da TR mais 5 a 6 por cento. Nós estamos fazendo um leilão para tomar o mais baixo possível, mas nunca conseguimos menos do que isto. Então, não podemos continuar nos endividando, porque são créditos de curtíssimo prazo.

## Aparte do governador Hélio Garcia:

Quero esclarecer para eles também, secretário, que a rolagem da dívida só modificou o prazo de pagamento, pois vamos ter de continuar a pagá-la. Mas nós também estamos rigorosamente em dia com todos os nossos débitos. Seja com a Caixa Econômica Federal, seja com o Banco do Brasil, seja com o BNDES. Nós continuamos honrando todos os nossos compromissos. Por isso, não podemos dar mais e parar de pagar como já aconteceu. Conseguimos pagar nesse curto espaço de tempo de nove meses de Governo, dois 13.º salários. Estamos regularizando todas as dívidas, dentro do possível, e rigorosamente em dia.

Prosseguindo, o secretário da Fazenda esclareceu: "Com relação à dívida, pode-se acrescentar que a imprensa noticiou que a rolagem produziria um grande alívio nas finanças do Estado, mas no caso de Minas Gerais não. No caso de alguns Estados que estavam com problema de não pagar suas dívidas e compromissos em dia essa rolagem resolveu seus problemas. Mas, no caso de Minas, que vem mantendo seus compromissos em dia, quando a rolagem for contratada — porque a lei é apenas autorizativa — dentro de uns seis meses não haverá nenhum alívio financeiro, vamos ter apenas o perfil do endividamento mais adequado, isso é mais uma obra para o futuro Governo que propriamente para o nosso, é mais um acerto de longo prazo da dívida, mas volto a reafirmar que neste mandato não haverá nenhum alívio financeiro. A única maneira de nós sairmos das dificuldades financeiras é a economia voltar a crescer, não há outra hipótese fora disso, mesmo porque o próprio arrocho fiscal não é recomendável em período de recessão, e nós estamos fiscalizando ao máximo, não tendo onde mais tirar imposto e garantimos que não está sendo fácil...